

# Análise pedagógica, social e econômica aplicada a Educação Ambiental

Cléia Aparecida Pinheiro Palma e Charles Artur Santos de Oliveira

**Resumo ?** O presente trabalho não trata apenas de uma abordagem do movimento Ecológico, nem de um ramo da Biologia, mas sim de forma mais abrangente, analisa os conceitos pedagógicos, as propostas de trabalho sugeridas pelo Ministério da Educação através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a situação geral da escola hoje e a origem do termo Educação Ambiental, promovendo também uma incursão nos seus aspectos sociais. Após a abordagem pedagógica e social, mostramos através da pesquisa bibliográfica intensa efetuada que o setor econômico desponta como o “cerne da questão”, pois é o real responsável pela origem e também pela solução da crise ambiental, desta forma abordamos assuntos como os resíduos industriais, o desperdício, algumas propostas e tendências de mercado, para tentar reverter à crise econômica por conseguinte a ambiental. A Carta da Terra documento aprovado pela UNESCO em 2000, que deverá ser colocado em prática pela ONU, ainda neste ano de 2002, coloca de forma explícita cada cidadão como co-responsável pela causa ambiental.

**Palavras-chave ?** Educação Ambiental, Pedagogia, Educação.

## I. INTRODUÇÃO

Este início de século/milênio traz consigo preocupações que nos angustiam, desta forma a ecologia apresenta-se como o grande tema desse século. Existe o limiar de toda uma preocupação ética e holística, com o objetivo de garantir a nossa sobrevivência e um futuro sustentável. O assunto não é novidade a ninguém, desde a ECO/92, realizada no Rio de Janeiro existe uma consciência de que realmente precisamos tomar atitudes sérias para podermos garantir a nossa sobrevivência e a de nossos filhos e netos.

Muito se tem debatido, inclusive a nível global, pois estudos mostram que os problemas ambientais não são problemas locais isolados, inclusive atingindo países que em nada contribuem para tal desequilíbrio. Um exemplo recente é o Protocolo de Kyoto, em que os países se comprometem a tomar atitudes para que a quantidade de emissão de poluentes na atmosfera seja minimizada, visando conter o aumento da temperatura global.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional enfoca a Educação Ambiental como um tema transversal, ou seja, tema que pode e deve ser abordado em todas as disciplinas.

Cléia Aparecida Pinheiro Palma, cleiapp@globo.com, Prof. Dr. Charles Artur Santos de Oliveira, charles@lusiada.br, Centro Universitário Lusíada - UNILUS, Rua Armando Salles de Oliveira, 150, Tel. +55-13-3235.1311, Fax +55-13-3221.4488.

Trabalho recebido em 30 de abril de 2002. Este trabalho foi parcialmente financiado pela Fundação Lusíada.

A cada dia que passa percebemos o crescente aumento de empresas com os chamados “selos verdes” – selos de qualidade que garantem que a empresa não está agredindo o meio-ambiente para obter seus lucros. Vale ressaltar a série da ISO 14.000, que pouco a pouco se torna mais conhecida dos consumidores e cidadãos brasileiros, pra se falar ao nível de Brasil, mas até que ponto, esses selos não vêm somente sendo usados como simples ferramentas de marketing e não como formas de Educação e Consciência Ambiental?

O objetivo básico deste trabalho e motivação inicial foi estudar temas relacionados com a questão ambiental, em seus diversos níveis, apresentar a problemática encontrada pelo Educador Ambiental, em seus diferentes estágios, desde a criança como um cidadão em formação, passando pelo aspecto social, até abranger o setor econômico, principal responsável pelo desequilíbrio ambiental encontrado em nosso planeta.

Procuramos abordar as principais dificuldades encontradas pelo Educador Ambiental nos três ambientes básicos de sua atuação: ambiente escolar, ambiente social e ambiente econômico.

Como a biosfera foi cuidadosamente testada e desenvolvida no período de amaciamento de 3 bilhões de anos e é alimentada por um reator atômico que dispensa manutenção que fornecerá energia nos próximos 5 bilhões de anos, são limitados e insubstituíveis os estoques de ar e água; eles circularão e purificar-se-ão automaticamente se não houver passageiros demais a bordo. Cada passageiro tem direito a uma só vida, a qual deve ser tratada com dignidade. Já se forneceram e codificaram, numa linguagem de computador cujo funcionamento é totalmente automático, instruções completas sobre o nascimento, o funcionamento, a manutenção e a disposição final de cada entidade viva. Se essas instruções se perderem ou se danificarem, a reposição pode ser bastante demorada ou impossível de ser realizada.

## II. O ASPECTO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### II.1 A ESCOLA HOJE

Vivemos uma época em que sabemos que muito precisa ser mudado na educação. A ESCOLA precisa mudar, o mundo hoje pede cidadãos inteligentes, portanto necessita de ESCOLAS INTELIGENTES. A escola deve ser a central estimuladora da inteligência. O processo de investigação científica deve ser ensinado nas salas de aula. Somente uma autonomia intelectual resultará numa autonomia de vida [1].

Podemos concluir que o emprego de um currículo fixo na atualidade não acompanha o mundo e suas constantes

mudanças. As mudanças sociais, políticas, tecnológicas estão ocorrendo de forma vertiginosa. A escola precisa preparar seus alunos para o futuro e não para o presente, afinal o presente é apenas a condição de contorno entre o passado e o futuro, desta forma, além de simplesmente fixar-se em seu currículo pré-determinado, precisa adequar-se a estas mudanças, para preparar cidadãos que sejam pensadores, poetas e técnicos. A melhor forma de preparar para a vida é cuidar da “essência da vida”, ou seja competir com a “estimulação neurológica” dos dias de hoje, pois o que podemos observar é que vivemos numa era de plena velocidade, tudo acontece muito rápido, exigindo pensamentos e respostas cada vez mais rápidas.

Chegamos no que o jornalista francês Étienne Barral chama de uma nova etapa na história humana: “A rede virtual está proporcionando mais uma evolução na árvore genealógica do homem. Se Darwin chegou até o *Homo sapiens*, com a proliferação de engenhocas eletrônicas e de multimídia podemos admitir o surgimento do *Homo virtuosus*”.

A escola tem a obrigação especial de preparar os jovens para os desafios que enfrentarão quando adultos. Esses desafios podem ser encarados sob duas perspectivas: a perspectiva econômica, que enfoca como principal preocupação uma reestruturação econômica e o início de uma idade pós-industrial; e a perspectiva ambiental, enfoca os problemas ambientais e a preocupação com a construção de um futuro sustentável. Portanto, o cuidado que a escola precisa ter é a de unir equilibradamente essas perspectivas, pois já foi constatado que muitas mudanças no campo econômico e no campo ambiental necessitam ser feitas.

A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno, seu meio, sua comunidade, não é novidade. Ela vem aumentando especialmente desde a década de 60 no Brasil, exemplo disso são atividades como os “estudos do meio”. Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “**Educação Ambiental**” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamentais e não-governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais. Um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais (artigo 225, § 1º, VI).

Significativamente, é a filosofia tecnocrática que estabelece o contexto não apenas para boa parte do discurso político recente sobre a reforma educacional, mas também para o legado histórico das próprias escolas. Muitas das propostas atuais de reforma estão baseadas nos mesmos princípios básicos de coesão social e padronização do currículo, os quais caracterizavam o desenvolvimento de escolas em meados do século XIX.

Os apelos tanto progressistas como holísticos por reforma educacional encontram seus fundamentos em uma reação contra as propostas tecnocráticas estabelecidas em meados do século XIX. Os fundamentos de cada uma dessas duas filosofias nascem de uma consideração dos fracassos percebidos na decadência da educação tecnocrata. Dessa forma, os movimentos holístico e progressista nasceram tanto

da crítica à educação tecnocrática como nos elementos construtivistas de suas respectivas filosofias.

### II.1.1 A FILOSOFIA TECNOCRÁTICA – INFLUÊNCIA DA ECONOMIA

Esse movimento que pede uma reforma tecnocrática nas escolas tem suas raízes históricas em tentativas feitas nos séculos XIX e XX de criar um currículo único para adequar as escolas às necessidades do setor econômico (indústrias e comércio), que estava se transformando, e para garantir a eficiência dessa transformação. Uma série de acontecimentos e crises da sociedade pós-industrial foram os responsáveis pela introdução da filosofia tecnocrática na maioria das escolas espalhadas por um mundo em constante progresso.

Considerando-se que, sob a perspectiva tecnocrata, as escolas deveriam exercer um papel importante no desenvolvimento de habilidades ocupacionais, é oportuno afirmar que os principais esforços de nosso sistema educacional deveriam voltar-se para o caminho indicado por mudanças baseados nos abalos dos indicadores de tendência demográfica e de emprego associados com nossa passagem para uma sociedade pós-industrial. Portanto, a primeira obrigação das escolas é garantir que todos os estudantes encontrem seu lugar no mercado de trabalho, formando pessoas altamente qualificadas para a área empresarial científica, técnica e outras.

### II.1.2 A FILOSOFIA PROGRESSISTA

A definição dos progressistas sobre o processo educacional contrastava de forma marcante com a visão tradicional, autoritária e hierárquica de aprendizagem que dominava a história da escolarização até então. A educação tradicional era um conceito atomístico de um universo fixo e predeterminado que revelava um conjunto de “valores permanentes” e de “conhecimento estático” que podiam ser transmitidos de modo isolado para cada geração sucessivamente. Assumindo uma visão contrária, seus proponentes defendiam que os seres humanos vivem em um mundo indeterminado, o qual sofre constantes mudanças e movimentos. A fim de criar um senso de significado e de finalidade para seu “universo em processo”, os seres humanos tradicionalmente se voltavam para a autoridade estanque de vários sistemas religiosos e filosóficos, os quais ofereciam um contexto abrangente para a vida diária (e as bases da educação tradicional), mas em uma era de rápido progresso e avanço tecnológico, uso excessivo desses sistemas ultrapassado não era sensato ou indicado [2].

Ao contrário, argumentavam que a vanguarda da experiência moderna, a ciência experimental, oferecia o melhor instrumento para a compreensão do mundo em que vivemos. E através do uso disciplinado do método científico e de seu processo de solução de problemas, os seres humanos poderiam aprender a solucionar a maior parte dos problemas e a dirigir o curso de experiências futuras. O objetivo criar uma democracia participativa, na qual pessoas com diferentes bagagens culturais e econômicas poderiam utilizar um modelo experimental de investigação como base para o

planejamento e para a tomada de decisões racionais. Ao incitar uma disposição experimental nos estudantes, ajudando-os a desenvolver habilidades básicas de investigação, as escolas cumpriam uma importante função dentro desse esquema.

### II.1.3 AFINAL, QUAL DAS FILOSOFIAS É A MAIS INDICADA?

A filosofia tecnocrática valoriza formas de conhecimento com forte base *cognitiva* que estão enraizadas em disciplinas intelectuais tradicionais. Na prática, isso se traduz em um enfoque sobre a aprendizagem para o domínio, para a aquisição de habilidades técnicas, e em formas padronizadas de avaliação. A posição progressista expande esse entendimento um tanto limitado da cognição para também incluir aquilo que pode ser verificado através da experiência e do método experimental. E, igualmente importante, ao evidenciar as necessidades individuais da criança, a filosofia progressista incorpora o campo *afetivo* da consciência na experiência educacional por meio de atividades que promovem o crescimento social dos alunos e o desenvolvimento saudável do autoconceito. Finalmente, a filosofia holística incorpora os modos intuitivo e metafórico de conhecimento ao conceito lógico/analítico da cognição e introduz uma dimensão *espiritual* à experiência educacional, a qual aborda a busca de significado e de propósito no mundo pela criança.

### II.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No ano de 1968, a Unesco realizou um estudo comparativo, respondido por 79 países, sobre o trabalho desenvolvido pelas escolas com relação ao meio ambiente. Nesse estudo, formularam-se proposições que depois seriam aceitas internacionalmente, tais como: a Educação Ambiental não deve se constituir numa disciplina e por “ambiente” entende-se não apenas o entorno físico, mas também os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos interrelacionados.

No ano de 1972, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, estabeleceu-se o “Plano de Ação Mundial” e a “Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano” (orientação dos governos). Os 113 países assinaram esta declaração cujo artigo 19 diz: “é indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens, como os adultos, dispensando a devida atenção aos setores menos privilegiados, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana”. Foi nessa conferência que se definiu, pela primeira vez, a importância da ação educativa nas questões ambientais, o que gerou o “Programa Internacional de EA”, consolidado em 1975 pela Conferência de Belgrado.

Em 1977, na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi (na CEI, Geórgia), definiram-se os objetivos da EA e o ensino formal foi indicado como um dos eixos fundamentais para conseguir alcançá-los. Nessa

conferência definiu-se a Educação Ambiental como “*uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.*” (Unesco, IBAMA, 1997)

Em 1987, na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, convocada pela UNESCO e realizada em Moscou, concluiu-se pela necessidade de introduzir a EA nos sistemas educativos dos países.

Durante a Conferência Rio/92 aprovou-se, entre outros documentos, a “Agenda 21”, que junta propostas de ação para os países e os povos em geral, assim como estratégias para que essas ações sejam cumpridas. Considerando-se as recomendações da Agenda 21 e os preceitos constitucionais, é aprovado no Brasil o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA (1994), elaborado em parceria entre os Ministérios da Educação, Meio Ambiente, Cultura e Ciências e Tecnologia, que prevê ações nos âmbitos de Educação Ambiental formal e não-formal. Devido a alterações de governo o PRONEA não foi efetivamente implementado, mas serviu como base para a formulação da Lei n.º 9795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, considerado um marco legal para a institucionalização da EA no país.

Todos eles colocavam em destaque, dentre seus objetivos ou estratégias mais importantes, a conscientização e a EA dirigida aos técnicos, profissionais e políticos, até o cidadão comum, especialmente os jovens. Um dos tratados foi exclusivamente sobre EA: o “*Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*”. Nesse tratado foram delineados princípios e diretrizes gerais para o desenvolvimento de trabalhos com a temática Meio Ambiente.

### III. A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCNS

A recomendação número 3 da Conferência de Tbilisi veio confirmar o papel dos educadores na implementação da E.A. no ensino formal, através de: “*confiar à escola um papel determinante no conjunto da educação ambiental e organizar, com esse fim, uma ação sistemática na educação primária e secundária*”

O MEC determinou uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país. Para tanto, a Secretaria de Educação Fundamental - SEF lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs do Ensino Fundamental, com a intenção de ampliar e aprofundar um debate educacional englobando escolas, pais, governos e sociedade e desse origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro. Os PCNs foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretendeu-se criar condições, nas escolas, que permitissem aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao

exercício da cidadania. Os documentos apresentados são o resultado de um longo trabalho que contou com a participação de muitos educadores brasileiros e têm a marca de suas experiências e de seus estudos, permitindo assim que fossem produzidos no contexto das discussões pedagógicas atuais. A expectativa é de que os PCNs sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo das escolas, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento das aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para a formação e atualização profissional dos professores [3].

Como a base dessa nova orientação curricular é a formação para a cidadania, considerou-se indispensável que os conhecimentos alinhavados nos PCNs estivessem referenciados não só nos objetos das áreas de estudo, mas que também deixassem se alimentar pelas grandes questões sociais, permitindo que elas fossem introduzidas nas salas de aula. Assim, as diretrizes definidas pelo MEC incorporaram às áreas clássicas do conhecimento, temas relevantes do ponto de vista social. Estes temas, chamados em sua totalidade de Temas Transversais receberam um tratamento didático que os introduziu transversalmente no currículo, perpassando dessa maneira o corpo de todas as áreas de saber. Só por meio da transversalidade é que se pode contemplar a complexidade e dinâmica que caracterizam as questões relevantes, tal como elas se expressam na sociedade. O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais às questões da *Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo*, por serem consideradas problemáticas sociais atuais e urgentes, com abrangência nacional e até mesmo mundial.

A transversalidade determina um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola. Os valores que se querem transmitir, existentes na vida escolar, devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de participar da realidade de modo a transformá-la. Essa capacidade tem relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. Assim, os PCNs inovam, pois consideram a escola como um espaço não apenas de reprodução mas de transformação da sociedade, ao pressupor que ela pode interagir com os segmentos sociais e compartilhar com eles um projeto de mudança social.

Desde 1997, os professores brasileiros podem contar com uma ferramenta oficial de apoio à implementação da EA nas escolas: os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Neles, o tema transversal Meio Ambiente sugere a abordagem da EA em todos os ciclos da educação fundamental. Independente da área de ensino, a EA é promovida ao longo de eixos temáticos que norteiam esse tema transversal. Foram diversas as fontes geradoras dos PCNs, destacando-se as diferentes propostas curriculares

adotadas nos estados e municípios e a discussão em âmbito nacional propostas pelo MEC. A definição dos parâmetros claros no campo curricular deseja orientar ações educativas previstas no Plano Decenal de Educação (1993-2003) e na Constituição de 1998. Mas, desde a seleção de conteúdos, à apresentação em cores, a grande fonte inspiradora dos PCNs foi à reforma educacional promovida na Espanha em 1990, promovida pela LOGSE (Lei Básica da Reforma Educativa Espanhola).

### III.1 MEIO AMBIENTE E TRANSVERSALIDADE

A inclusão do Meio Ambiente como tema transversal nos currículos, é um passo muito importante que incentiva a Educação Ambiental no ensino formal e está de acordo com as recomendações e tratados internacionais, que consagraram que a Educação Ambiental possibilita um: *“modo de ver o mundo em que se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. Em termos de educação, essa perspectiva contribui para evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da co-responsabilidade, da solidariedade e da equidade.”* (PCN Temas Transversais - 5ª a 8ª séries, 1998 p:201) [3].

Por sua vez os PCNs e o tema transversal Meio Ambiente assinalam que *“a questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas, e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, e, ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. Isto implica um novo universo de valores no qual a educação tem um importante papel a desempenhar.”* (PCN Temas Transversais - 5ª a 8ª séries, 1998, pág.180) [3].

### III.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

Além dos conceitos básicos sobre o meio ambiente, a maneira como eles são adquiridos é que vai fazer a diferença. Uma coisa é ler e aprender os direitos e deveres definidos pela Constituição, e outra é saber como as pessoas estão lidando com esses direitos e deveres em suas vidas. Uma coisa é ler sobre o meio ambiente e outra é observar diretamente, entrar em contato direto com a diversidade que o compõe, desta forma o professor deverá coordenar as atividades de aprendizagem apoiadas em situações -problemas criadas por ele, e tentar buscar a resolução com os alunos [4].

As competências devem nortear os objetivos da formação de professores, orientar as decisões a respeito da eleição de conteúdos, metodologia, organização curricular e institucional e avaliação.

Embora as competências profissionais tenham status de objetivos da formação, deve-se considerar que elas são construções progressivas e, em grande medida, coletiva. Não são metas quantificáveis, para as quais se possa fixar a priori e de modo rígido o grau que atingirão num tempo determinado.

#### IV. O ASPECTO SOCIAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

“*Todo mamífero deste planeta instintivamente desenvolve um equilíbrio natural com o meio ambiente, mas vocês humanos, não! Ocupam uma área e se multiplicam, e multiplicam até todos os recursos naturais serem consumidos. Só conseguem sobreviver se espalhando por outras áreas*”. *Existe um outro organismo neste planeta que segue o mesmo padrão e qual é? É o vírus. Os seres humanos são uma doença, um câncer deste planeta. Vocês são uma praga...*” Trecho retirado do Filme Matrix.

A saúde das sociedades depende não apenas da escolha dos meios adequados de suprir às necessidades humanas, mas também da compreensão das diversas interligações desses meios. As culturas tradicionais, dispondo de meios bem mais limitados de satisfazer as necessidades humanas, tendem a atender a elas na medida do possível, com um mínimo de recursos [5].

O capitalismo industrial, ao contrário, enfatiza a criação de produtos especializados que disputam os nichos do mercado a fim de atender a necessidades que os bens materiais não podem satisfazer.

As organizações não governamentais ambientalistas com atuação no território nacional têm executado inúmeros tipos de projetos. Dentre eles merecem destaque os de diagnóstico participativo dos recursos naturais, a popularização de técnicas de agroecologia ou de manejo de espécies e sistemas, as alternativas de geração de emprego e renda para moradores de Unidades de Conservação, cursos de capacitação, técnicas sustentáveis de abastecimento de água para zonas semi-áridas, mutirões para reposição florestal.

As ciências sociais utilizaram o termo discurso, assim como cultura, simultaneamente no sentido de processo e substância. Assim, o discurso ambiental não se resume apenas no discurso sobre o ambiente, mas também é o processo social pelo qual ele é construído e transmitido. O ambientalismo, é um discurso transcultural que perpassa diferentes categorias de sujeitos, sem contudo abolir diferenças culturais, já que é assumido de maneira diferenciada por sujeitos também diferenciados.

#### V. A CARTA DA TERRA: UMA NOVA ESPERANÇA

“Como nunca antes na história o destino comum nos conchama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que comprometer-nos a adotar e promover os valores e objetivos da Carta. Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável a nível local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender da continuada busca de verdade e de sabedoria. A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo

prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresa é essencial para uma governabilidade efetiva. Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra junto com um instrumento internacional legalmente vinculante com referência ao ambiente e ao desenvolvimento. Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça e pela paz e pela alegre celebração da vida” [6].

#### VI. CONCLUSÃO

Como conclusão poderíamos acrescentar aqui muitas outras palavras, mas em nossa concepção, tudo que tinha que ter sido dito a CARTA DA TERRA, por si só diz tudo.

Existe um longo caminho pela frente, somos uma geração histórica, então conclamamos a todos, que analisaram este trabalho, estudantes, educadores, religiosos, políticos, empresários, representantes e ativistas de ONGs, leigos, a pensar, repensar, ler, reler, refletir, meditar; e, de acordo com a consciência e campo de atuação de cada um, partir para atitudes práticas, não dá mais para ficarmos parados, esperando apenas a história cumprir seu curso! Não somos simples expectadores, somos os agentes potenciais dessa mudança! A hora é agora, o momento é já!

Toda a Educação há de ser Ambiental, todos somos conclamados a ser Educadores Ambientais, essa é a grande mudança. Portanto, saiamos da inércia, e com o firme propósito, sem desanimar, sigamos em frente, e não esqueçamos de que: “*TUDO VALE A PENA SE A ALMA NÃO É PEQUENA*” (Fernando Pessoa 1888-1935).

*E PEQUENA JAMAIS SERÁ A ALMA DE UM VERDADEIRO EDUCADOR!*

#### REFERÊNCIAS

- [1] Pelizzoli, M.L. *A emergência do paradigma ecológico: reflexões filosóficas para o século XXI*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- [2] Sposati, Adailza; Sawaia, Bader Burihan & Dallari, Dalmo; Warren, Ilse Scherer et al., *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.
- [3] Ministério da Educação – MEC, 09/11/2001.
- [4] Penteadó, Heloísa Dupas, *Meio Ambiente e formação de professores*. São Paulo: Cortez, 1997. [2] Hutchison, David, *Educação Ecológica: idéias sobre consciência Ambiental*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- [5] Hawken, Paul; Lovins, Amory & Lovins, L. Hunter. *Capitalismo Natural – Criando a próxima revolução industrial*. São Paulo: Cultrix, 2000. <http://www.mec.gov.br/sef/ambiental/default.shtm>.
- [6] Carta da Terra, 25/04/2002. [http://www.dataterra.org.br/Documentos/CARTA\\_DA\\_TERRA.htm](http://www.dataterra.org.br/Documentos/CARTA_DA_TERRA.htm).